



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
6ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal

Relatório de Gestão EXERCÍCIO 2007

Sumário

1. IDENTIFICAÇÃO.....	4
1.1 DADOS IDENTIFICADORES DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	4
1.2 Estrutura Organizacional da 6ª SR-SP/DPRF/MJ.....	5
1.3 APRESENTAÇÃO.....	6
2. COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS.....	7
2.1 Responsabilidades Institucionais.....	7
3. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO.....	14
4. GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES.....	17
4.1 PROGRAMAS.....	17
4.1.1. Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal.....	17
4.1.2. Programa 0663 - Segurança Pública nas Rodovias Federais.....	21
4.1.3. Programa 0750 - Apoio Administrativo.....	29
4.1.4. Execução Orçamentária de acordo com as ações.....	34
5. DESEMPENHO OPERACIONAL.....	35
5.1. Indicadores utilizados para avaliar o desempenho do programa,projeto/atividade ou ação administrativa.....	35
5.2 Nome, descrição e tipo do indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão sob exame das contas.....	35
5.3 Análise Crítica dos Resultados.....	35
6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA.....	38
CONCLUSÃO.....	39
ANEXO A - DEMONSTRATIVOS DE TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS.....	40
ANEXO B - DEMONSTRATIVO DE PERDAS, EXTRAVIOS OU OUTRAS IRREGULARIDADES.....	41
ANEXO C - DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO.....	42
ANEXO D - RECOMENDAÇÕES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	49
ANEXO E - TRANSFERÊNCIAS REALIZADAS.....	53



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Ministro de Estado da Justiça
Tarso Fernando Herz Genro

Secretário-Executivo
Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração
Sylvio Rômulo Guimarães de Andrade Júnior

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Diretor-Geral
Hélio Cardoso Derenne

6ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal
João Bosco Ribeiro

Seção de Policiamento e Fiscalização
Josias Inácio Lins

Corregedoria Regional
Waldirilson dos Santos Pinto

Seção Administração e Financeira
Eduardo Augusto do Prado

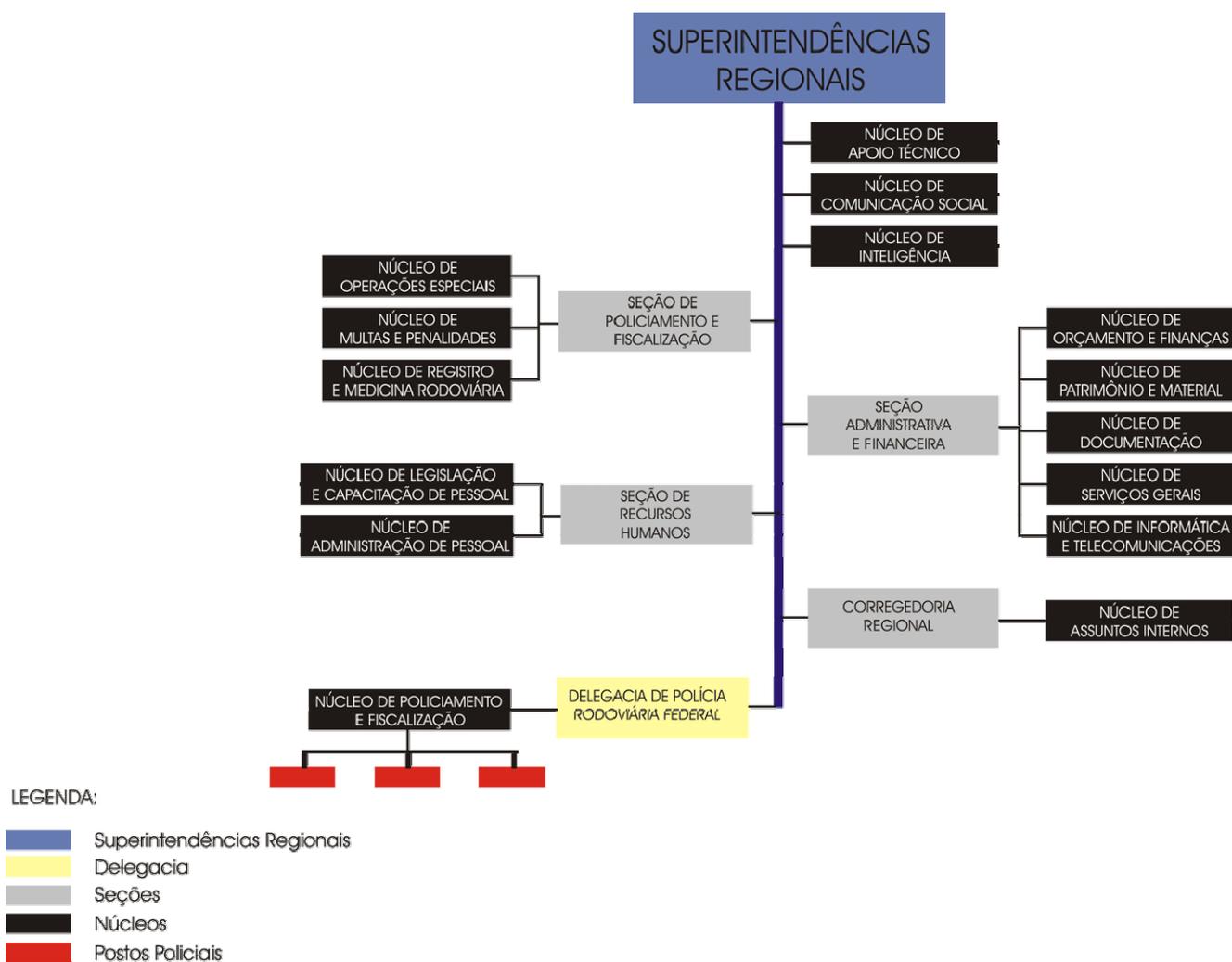
Seção de Recursos Humanos
Ingrid Garcia de Souza Santos

Missão Institucional
Zelar pela Segurança Pública nas Rodovias Federais.

1. Identificação

Nome completo da unidade e sigla	6ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal 6ª SR-SP/DPRF/MJ	
Natureza jurídica	Órgão da administração direta do Poder Executivo	
Vinculação ministerial	Ministério da Justiça	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União		
<p>O Departamento de Polícia Rodoviária Federal tem suas competências definidas pela Constituição Federal (Art. 144), pela Lei nº 9. 503 (Código de Trânsito Brasileiro), pelo Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, e pelo Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 122, de 20 de março de 1997. Assim, além da própria competência constitucional, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, nos termos do Decreto nº 1.655/95 e do Regimento Interno, tem as seguintes atribuições:</p> <ul style="list-style-type: none"> - realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, do patrimônio da União e o de terceiros; - exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares; - aplicar e arrecadar multas impostas por infrações de trânsito e valores decorrentes da prestação de serviço de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escoltas de veículos de cargas excepcionais, executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais; - realizar perícias, levantamento de locais, boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólica e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito; - credenciar os serviços de escoltas, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, acompanhamento e transporte de cargas indivisíveis; - assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas; executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do presidente da República, ministros de Estado, chefes de Estado e diplomatas estrangeiros e outras autoridades, quando necessário, e sob a coordenação do órgão competente; efetuar a fiscalização e o controle do trânsito e tráfico de crianças e adolescentes nas rodovias federais, adotando as providências cabíveis contidas na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (o Estatuto da Criança e do Adolescente); colaborar e atuar na prevenção e repressão aos crimes contra a vida, costumes, patrimônio, ecologia, meio ambiente, furtos e roubos de veículos e bens, tráfico de entorpecentes e drogas afins, contrabando, descaminho e demais crimes previstos em lei; realizar concursos públicos e outros processos seletivos como cursos, estágios, formação, treinamentos e demais atividades de ensino na área de sua competência. <p>Organizacionalmente, a Polícia Rodoviária Federal, presente em todo o território nacional, atualmente encontra-se estruturada através da unidade administrativa central, em Brasília, e das unidades administrativas regionais, representadas pelas 22 superintendências (GO, MT, MS, MG, RJ, SP, ES, PR, SC, RS, BA, PE, AL, PB, RN, CE, PI, MA, PA, SE, RO e TO) e pelos 5 Distritos (DF, AC, AM, AP e RR), além das 156 sub-unidades administrativas, denominadas delegacias, 390 postos de fiscalização, totalizando, assim, em sua estrutura, 550 pontos de atendimento em todo o Brasil. O efetivo atual é de 8.338 policiais rodoviários federais, responsáveis pelo patrulhamento ostensivo, em regime de escala, da malha rodoviária federal, composta por cerca de 61 mil quilômetros de rodovias e estradas.</p>		
CNPJ	00.394.494/0112-51	
Nome e código no SIAFI	6 Superintendência de Polícia Rodoviária Federal - 200117	
Código da UJ titular do relatório	200117	
Endereço completo da sede	Rua Ciro Soares de Almeida , 150 – Vila Maria – São Paulo/SP CEP: 02167-000 – Fone: (11) 6095-2300	
Endereço da página institucional na internet	www.dprf.gov.br	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Segurança Pública	
Tipo de atividade	Segurança Pública, Policiamento e Fiscalização	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	6ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal	200117

1.2 Estrutura Organizacional da 6ª SR-SP/DPRE/MJ



Apresentação

A 6ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal, do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, Órgão específico, integrante do Ministério da Justiça, a que se refere o artigo 2º, alínea “g” do capítulo II, do Artigo 1º, do Decreto nº 2802 de Outubro de 1998, tendo como finalidade essencial, o Policiamento e Segurança Pública nas Rodovias Federais, abrangendo fiscalização de trânsito, atendimento de acidentes, prestação de socorro a vítimas, controle e fiscalização sobre o transporte de produtos perigosos, serviços, e assegurar o livre trânsito de veículos e a segurança de autoridades quando em Rodovias Federais.

O Decreto nº 1655 de 03 de outubro de 1995, publicado no Diário Oficial da União de 04 de Outubro de 1995, define as atribuições da Polícia Rodoviária Federal, dando um maior campo de atividades, permitindo em nível de cooperação com outros órgãos mais ações no combate ao crime organizado, contrabando e descaminho.

Este relatório traz o resultado de nosso trabalho no transcorrer do exercício de 2007, em prol da segurança pública, da preservação da vida e do patrimônio nas rodovias federais.

JOÃO BOSCO RIBEIRO
Superintendente

2. Responsabilidades institucionais

2.1 Papel da unidade na execução das políticas públicas

As rodovias federais representam fator estratégico na aplicação de qualquer programa nacional, pois representam o elo de integração nacional. A Polícia Rodoviária Federal, pela sua capilaridade (presente em todo o país) é o contato direto e identificado do Governo Federal com a população.

Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de conseqüências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com as vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis das vítimas, pelos prejuízos na população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos que contabilizam, indubitavelmente, cifras de bilhões de reais além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão.

Com uma ação mais efetiva para a redução das vítimas de acidentes, pode-se reduzir os gastos da previdência social e do sistema de saúde com inválidos e com atendimento aos acidentados em milhares de reais. Além do trânsito geral de veículos, é imperativo ressaltar a importância de ações focadas aos profissionais de transporte que fazem fluir quase a totalidade da produção e das riquezas de nosso país, pois é necessário prestar a assistência e a orientação de forma a que o serviço seja aperfeiçoado com o suporte da Polícia Rodoviária Federal, pois, atualmente, devido à insuficiência de recursos, esses profissionais estão praticamente abandonados no leito de nossas rodovias.

Há ainda necessidade de implementação de ações de segurança e educação de trânsito previstas pelo Código de Trânsito Brasileiro, pois a situação caótica do trânsito brasileiro somente será passível de reversão se forem adotados procedimentos de conscientização à população. Nesse aspecto, verificamos que, em decorrência dos erros dos objetivos estratégicos ocorridos nas décadas passadas, a Polícia Rodoviária Federal foi enfraquecida gradativamente na razão inversa ao crescimento da malha viária a ser patrulhada, ao acréscimo dos veículos em circulação, ao acréscimo dos condutores e pedestres em trânsito, ao crescimento da mercadoria em circulação e, conseqüentemente, ao alto crescimento da criminalidade. Esses fatores acabaram por contribuir de forma extrema com o fortalecimento desenfreado do crime em nosso País pela ausência de um poder fiscalizador efetivo nas nossas vias de ligação nacionais e internacionais, bem como do aumento da corrupção e da degradação dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal. Atualmente verificamos a situação da violência e da criminalidade urbana e rural envolvendo também as "artérias" de nosso país e assolando a população em patamares extremamente críticos. O Brasil possui cerca de 87% de seu transporte efetuado pelo modal rodoviário segundo os dados da Confederação Nacional do Transporte - CNT, portanto é notável que, de uma forma ou outra, o crime também transitará e acontecerá na rodovia federal. Fica evidente também que os criminosos utilizam as rodovias para fugas, práticas delituosas, transporte de produtos e subsídios do crime, além de muitos outros. A situação-problema apresentada pelo cenário extremamente crítico da criminalidade é, em maior parte, ocasionada pela possibilidade de trânsito de materiais ilícitos e pessoas criminosas de

uma local para outro em todo o País e, inclusive, no trânsito internacional.

O suporte logístico que financia e mantém o crime, embora possa chegar em portos e aeroportos, certamente transitará de uma forma ou outra por nossas rodovias federais, visto que a criminalidade não se sustenta ativa nesses locais - ela ocorre no seio de nossa sociedade. O simples aumento na ação de repressão nos locais de ocorrência da criminalidade não representa uma qualidade efetiva na ação do Estado, pois estará combatendo a consequência já instalada, sem uma ação que evite que a sociedade seja vitimizada por esses fatores, além do que o crime já estará interferindo na vida cotidiana da sociedade pelo combate entre polícia e criminosos, pois à medida que a polícia se reforça simplesmente para combater o crime, a criminalidade também se reforça para combater a polícia. Neste sentido, as ações focadas de combate à criminalidade nos grandes centros urbanos possuem certa efetividade momentânea e, normalmente, incipiente, pois, à medida que é realizado o combate ao crime em determinada localidade, as ações criminosas apenas migram para outro lugar de desenvolvimento. Portanto é necessária uma ação integrada de forma a combater o crime local e evitar que os criminosos possam transitar livremente por diversos pontos do nosso país em busca do local mais propício para o desenvolvimento de suas atividades.

Se por um lado possui programas de incentivo ao turismo, ao comércio e à integração nacional, por outro lado a grave situação de segurança pública nas rodovias federais afasta os turistas, os empresários, os transportadores e os elementos de integração de iniciativas que demandem o deslocamento por nossas vias nacionais pela simples sensação de insegurança proporcionada pelo alto índice de criminalidade e da insuficiente proteção promovida pela Polícia Rodoviária Federal em virtude da escassez de recursos materiais e humanos.

As características inerentes ao trânsito rodoviário favorecem demasiadamente a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido, pois a facilidade de dispersão das informações referentes aos crimes pelo simples fato de que os dados referentes à ocorrência estarão distribuídos em inúmeras localidades. Criminosos de diversas localidades podem simplesmente "eleger" algum ponto da rodovia mais favorável de sua atuação, colocando à população sob permanente ameaça de uma ação criminosa. Outro fator se constitui na própria característica dos chamados crimes de trânsito, onde os veículos são utilizados como instrumentos para a execução de praticas delituosas, englobando, além dos crimes de trânsito, todo o crime configurado pelo transporte ilícito, como o tráfico de drogas e armas, o descaminho, o contrabando, o transporte irregular, dentre muitos outros.

Vários segmentos do crime podem ser combatidos de maneira otimizada nas rodovias federais pela inter-relação das ações criminosas, tais como os crimes de evasão fiscal e de divisas, o transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, o trabalho escravo, a exploração sexual infantil (que se concentra às margens das rodovias), o tráfico de pessoas, o transporte de materiais irregulares e falsificados, etc. Os assaltos a cargas e passageiros em rodovias federais vêm crescendo a cada período, aumentando os valores do frete e do transporte com seguros, escoltas e proteções adicionais que refletirão nos custos a serem repassados ao consumidor final de bens e serviços, aumentando o custo de vida e o impacto econômico da sociedade.

Outros fatores identificados da situação social do país e campo de atuação da Polícia Rodoviária Federal são as manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos para reforma agrária, passando pelas manifestações dos caminhoneiros, até

reivindicações locais por demandas diversas da sociedade onde, freqüentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população, bem como a necessidade da presença ostensiva do Estado caracterizada pela Polícia Rodoviária Federal no apoio à Sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas. Por outro lado verificamos outro fator importantíssimo da constituição da segurança pública representada pela condição do trânsito de veículos e pessoas em nosso país. O foco de atuação deste programa está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão proporcionada pelo braço identificado do Estado de forma preventiva aliada à necessária repressão do crime, ou seja, não se pretende o simplório atendimento da grave situação de segurança pública - é almejada a real segurança proporcionada pela supressão dos subsídios de reforço da criminalidade aliada a ações de inteligência policial com a execução de ações voltadas à prevenção e repressão ao crime organizado e ao tráfico de drogas.

As ações desenvolvidas nas rodovias federais deverão ser integradas com os demais órgãos da força de segurança pública e da sociedade em geral, em vista de que o transporte de materiais ilícitos e o trânsito de criminosos inevitavelmente estarão combinados com infrações nas áreas atinentes da polícia judiciária, do fisco, dos crimes transnacionais, do meio-ambiente, da sociedade comercial e das manifestações sociais em todas as esferas, dentre muitos outros.

A Polícia Rodoviária Federal é o único órgão de âmbito federal capaz de reduzir os graves parâmetros em que se encontra a situação da segurança pública de nossas rodovias federais e, em virtude de sua capilaridade por todo o território nacional, servir como articulador direto de operacionalidade de um plano nacional de segurança pública, pois é constituída de cerca de 500 unidades policiais e uma abrangência de ação de mais de 3500 municípios em todo o Brasil, bem como possui serviço direto, identificado e ininterrupto à sociedade durante as 24 horas do dia, 7 dias por semana, em todos os dias do ano. Além disso, a Polícia Rodoviária Federal possui a autosustentabilidade do órgão garantida por serviços prestados, arrecadação de multas e parcerias de cooperação técnica e financeira.

Em 2007 foram realizadas por esta Superintendência 78 operações, sendo 30 na circunscrição da 6ª SRPRF/SP, sob o comando do SPF, 23 sob comando da CGO e 25 do NOE em São Paulo e outros estados, envolvendo as equipes do NOE, DOA e grupo de motociclistas.

Operações de importância nacional e até internacional tiveram a participação desta Superintendência, elevando o nome da nossa Instituição.

Podemos citar como exemplo, a Escolta da Comitativa Presidencial dos EUA, Operação Podium, Operação Arcanjo, Operação Diamante Rosa dentre outros.

Foram realizadas diversas Operações em conjunto com instituições como IBAMA, ANTT, DNPM, Marinha, Exército, Polícia Federal, Ministério Público Federal e Igreja Católica.

Em todas as áreas de atuação, o desempenho da 6ª Superintendência foi significativo, demonstrando grande empenho e participação dos Policiais lotados nesta Regional.

A seguir faremos um comparativo dos números de 2006 e 2007, em diversas modalidades.

- **Comparativo de criminalidade**

Das operações, comandos e atividades diárias realizados pelas Delegacias chegamos aos seguintes números:

ARMAS APREENDIDAS	2006		2007	
	Ocorrência	Quantidade	Ocorrência	Quantidade
Revólver	35	168	28	31
Pistola	12	12	17	27
Rifle	0	0	1	1
Espingarda	6	12	18	26
Carabina	1	1	2	2
Sub-metralhadora	1	1	1	1
Armas brancas	6	10	6	6
Outras armas de fogo	3	14	4	11
TOTAL	64	218	77	105
MUNIÇÕES	Ocorrência	Quantidade	Ocorrência	Quantidade
Cal. 22	2	12	3	86
Cal. 32	6	38	6	130
Cal. 38	28	1057	24	141
Cal. 40	0	0	1	23
Cal. 45	2	33	1	8
762	0	0	0	0
765	1	5	0	0
Cal. 9mm	6	107	8	181
223/556	1	9	0	0
Outras munições	13	147	20	1431
TOTAL	59	1408	63	2000

DROGAS	2006		2007	
	Ocorrência	Quantidade	Ocorrência	Quantidade
Cocaína (kg)	32	81,616	29	121,425
Maconha (kg)	76	1355,953	58	1097,656
Merla (g)	0	0	0	0
Crack (g)	10	5319,491	18	20848,4
Lança Perfume (frasco)	1	75	4	1076
Anfetaminas, Barbitúricos (un)	4	142	0	0
Pés de maconha erradicados	0	0	0	0
Outras drogas	8	510,1	6	108,21

	2006		2007	
DOMUMENTOS APREENDIDOS	Ocorrência	Quantidade	Ocorrência	Quantidade
Cédula de Identidade falsa	9	9	11	35
CNH (suspeita de falsificação ou adulteração)	643	643	516	519
Passaporte falsificado	0	0	3	55
Cartão de Crédito falsificado/adulterado	0	0	0	0
Cédulas Falsificadas	4	65	2	82851
CRLV (suspeita de falsificação ou adulteração)	2367	2370	1541	1550
Outros documentos	373	1672	530	3377,2
TOTAL	3396	4759	2603	88387,2
CRIMES AMBIENTAIS	Ocorrência	Quantidade	Ocorrência	Quantidade
Animais Silvestres (un)	45	1717	27	912
Madeira (m ³)	14	456,7	20	595,077
Carvão (m ³)	3	36,5	6	279
Pescado (kg)	0	0	1	550
Transporte de substâncias tóxicas (un, kg ou l)	1	30000	23	122331
Outros crimes ambientais	42	8635	58	6648
CARGA RECUPERADA	Ocorrência	Quantidade	Ocorrência	Quantidade
Cigarros (pacotes)	0	0	0	0
Medicamentos (un)	0	0	1	17531
Alimentos (kg)	4	14385	1	15000
Bebidas (litro)	0	0	3	166,84
Combustíveis (litro)	1	43881	1	1
Equipamentos Eletrônicos e Informática (un)	2	2	7	278
Fitas e CD's (un)	0	0	0	0
Outros	16	4954	20	608
INTERVENÇÕES EM CRIMES				
Assalto a ônibus	2		1	
Assalto a veículo de carga	8		29	
Assalto a veículo de passageiros	4		5	
Crime contra a vida	63		57	
Crime contra o patrimônio	2391		1060	
Tráfico de Seres Humanos	2		1	
Crimes contra a criança e adolescente	19		33	
Transporte de trabalhador escravo	0		0	
Crimes de trânsito	117		180	
Crimes contra administração	11		49	
Outras intervenções	3466		555	

CONTRABANDO/DESCAMINHO	2006		2007	
	Ocorrência	Quantidade	Ocorrência	Quantidade
Cigarros (pacotes)	12	28152,1	22	526535
Medicamentos (un)	5	1812	10	7063
Alimentos (kg)	10	22167,7	10	738,25
Bebidas (litro)	7	4617,5	11	967
Combustíveis (litro)	2	3515	1	1
Equipamentos Eletrônicos e Informática (un)	81	114084	56	101624
Fitas e CD`s (un)	19	127249	44	973999
Outros	68	88640,99	112	422313,7
PESSOAS DETIDAS	1248		1578	
Recuperados (produto de ilícito)	480		364	
Apreendidos (restrição judicial)	55		676	

fonte: DINOP Criminalidade 2006 e 2007

- Comparativo de Fiscalização

Conjuntamente com as atividades relacionadas ao combate à criminalidade, abaixo seguem os resultados obtidos com as ações voltadas para a fiscalização de trânsito desenvolvidas pela 6ª SRPRF/SP em 2007, comparativamente com 2006:

	2006	2007
CNHs / Permissões recolhidas	1812	1362
Veículos retidos	2224	2550
Veículos removidos	609	559
ANTT		
101 - Realizar transporte permissionado, sem a emissão de bilhete de passagem.	4	4
109 - Transportar passageiros superior a lotação	1	27
110 - Ausência em local visível do preço de passagens	8	20
111 - Defeito em equipamento obrigatório	37	76
204 - Não fornecer comprovante do despacho da bagagem de passageiro	104	18
209 - Trafegar com veículo em serviço, sem equipamento obrigatório	5	5
302 - Executar serviço veículo cujas características não corresp.à tarifa cobrada	0	1
304 Alterar, sem prévia comunicação a ANTT, o esquema operacional da linha	11	34
305 - Cobrar de importância não prevista ou não permitida nas normas legais	65	17
306 - ã providenciar, na venda de mais de um bilhete, o transporte do passageiro	0	1
401 - Executar serviços de transporte rodoviário de passageiros sem autorização	230	243
402 - Não contratar seguro de responsabilidade civil	28	57
403 - vender bilhetes de passagem individuais em fretamento	14	0
404 – Transportar pessoa não relacionada na lista de passageiros em fretamento	57	190
Infrações RNTRC	72	198
OUTRAS INFRAÇÕES	283	806
Auxílio ao usuário	4209	5027
Auxílio a outro órgão	775	611
Auxílio a doente/socorro vítima de acidente	199	248
Escolta a autoridade	87	55

Escolta/batedor (cargas, desfiles, ...)	241	322
Animais soltos na BR (apreensão)	113	88
Palestras sobre educação para o trânsito	1017	5646

Fonte: DINOP Fiscalização 2006 e 2007

- Autuações

	2006	2007	VARIAÇÃO
MANUAL	168145	195865	16,49%
RADAR	79886	105405	31,94%
TOTAL	248031	301270	21,46%

fonte: Datafisc

- Comparativo de acidentes

Por fim, apesar do aumento da quantidade de feridos e mortos, decorrentes do aumento do número de acidentes, verificou-se a estabilidade da relação mortos por acidente e a diminuição da relação de feridos por acidente, evidenciando o aumento da fiscalização, devendo-se levar em consideração o significativo aumento da frota do Estado.

	2006	2007
Com Mortos	40	61
Com Vítimas	478	594
Sem Vítimas	1267	1528
TOTAL	1785	2183
Mortos	356	436
Feridos	4563	5341
Mortos por acidente	19,94%	19,97%
Feridos por acidente	255,63%	244,66%

fonte: Datatranweb de 14/02/2008

3. Estratégia de Atuação

Os principais objetivos definidos para 2007 foram:

- Diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias;
- Reforço nas ações de combate à criminalidade;
- Melhorias na infra-estrutura das unidades

Diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias

Estratégia 1: Utilização do cartão programa para fiscalização de pontos críticos

Uma das premissas utilizadas no planejamento de operações para diminuição dos acidentes de trânsito, é de que a presença da viatura na rodovia, inibe o cometimento de infrações de trânsito, pela expectativa de punição. Neste sentido, a ênfase principal foi alocar o máximo de policiais na pista, retirando-os da imobilidade nos postos, e fazendo-os atuar em ronda ou em pontos fixos nas rodovias.

Utilizou-se para isso o expediente do cartão programa, que é um itinerário das tarefas que o policial irá realizar no decorrer do plantão. No cartão programa consta em quais trechos da rodovia a viatura deverá se posicionar para realizar operações de fiscalização, além de trechos que deverão sofrer ronda, em horários específicos. O planejamento do cartão programa é feito pelo chefe de delegacia que, através do banco de dados da PRF, o Datatran, verifica os trechos com maior incidência de acidentes e criminalidade, programa o roteiro que deverá ser executado pela equipe de cada posto, no decorrer da semana.

Na implantação desta estratégia, foram verificadas as seguintes dificuldades, que impactaram o atingimento das metas estabelecidas:

Falta de efetivo:

Alguns postos possuem apenas dois policiais de plantão, como é necessário um policial no posto para atendimento ao público e atendimento de chamadas emergenciais, permanece apenas um policial para fazer o serviço de ronda e fiscalização em pontos fixos, o que é altamente inseguro e desaconselhável, por questão de segurança. Dessa forma, nos postos onde o efetivo é reduzido, o serviço de ronda é prejudicado, e os policiais se concentram em operações em frente ao posto, não utilizando o cartão programa, deixando de fiscalizar os pontos críticos nas rodovias.

É de ressaltar que uma parcela razoável de policiais do quadro, encontram-se realizando atividades administrativas. Para sanar este problema o DPRF tem feito gestão junto ao ministério do planejamento para autorização de concurso para servidores administrativos (administradores, engenheiros, contadores, médicos, analistas de sistema, técnicos

administrativos, etc) porém, ainda não se conseguiu o atendimento desta demanda. A contratação de servidores administrativos, liberaria um contingente significativo de policias para atuarem novamente nas pistas, suprindo em parte, a carência de efetivo.

Acidentes em trechos urbanos de rodovias, envolvendo pedestres e ciclistas

Foi observado que um grande número de acidentes e mortes ocorriam em trechos urbanos de rodovias, envolvendo atropelamento de pedestres e ciclistas. Grande parte dos acidentes acontecem por negligência de pedestres/ciclistas que ao atravessar as rodovias não utilizam as passarelas, se arriscando no meio do trânsito de carros, ônibus e caminhões. Como não existe a regulamentação de infração para pedestres/ciclistas, uma solução para o problema, é a instalação de diversas lombadas eletrônicas nos trechos urbanos das rodovias, para diminuir a velocidade do tráfego, a fim de minimizar a quantidade de acidentes entre veículos e pedestres/ciclistas.

A gestão de lombadas eletrônicas nas rodovias pertence ao DNIT , que deverá priorizar a aquisição deste equipamentos para instalação nos trechos urbanos críticos em acidentes.

Estratégia 2: Utilização de Radares Fotográficos Inteligentes e Medidores de Tráfego

A utilização de radares fotográficos de velocidade tem sido uma solução eficaz para diminuição de infrações de trânsito em rodovias duplicadas. Nesse tipo de rodovia, existe maior propensão para o desrespeito aos limites de velocidade, tendo como conseqüência, acidentes como saída de pista, perda de controle do veículo e conseqüente colisão com automóveis em sentido contrário, principalmente em períodos chuvosos.

Reforço nas ações de combate à criminalidade

Estratégia 1: Capacitar mais policiais nas ações de combate a criminalidade

Um dos fatores motivadores para o trabalho no combate a criminalidade é a capacitação do policial, isto lhe dá segurança para atuar com mais ousadia e técnica no combate a ações criminosas. A experiência teórica e prática de policiais mais experimentados no combate ao crime é transmitida aos mais novos, motivando-os a exercerem as abordagens com mais critério, a fim de detectar possíveis ilícitos penais.

Em 2007, foram ministrados diversos cursos de técnicas policiais de combate ao crime, com destaque para o Cursos de Táticas Policiais de Combate ao Crime, Técnicas de Abordagem e Defesa Policial.

Estratégia 2: Construção do Centro de Treinamento

A atividade policial encontra-se em constante evolução, nosso material humano tem de acompanhar esta evolução através de cursos de capacitação e reciclagem profissional. O Centro de Treinamento, composto por salas de aula, alojamentos, auditórios e estrutura de

informática completa, veio proporcionar os meios necessários para uma capacitação eficiente.

Estratégia 3: Manter as viaturas mantidas e em perfeito estado de funcionamento

Um dos principais equipamentos da atividade policial é a viatura, tem de ser compatível com a função, trazer confiabilidade, segurança ao policial durante as rondas e eventuais perseguições.

Dificuldades:

Devido ao intenso uso, é necessário a sua substituição a cada quatro anos, sob pena de se aumentarem exponencialmente os custos com manutenção, e de se colocar em risco a vida do policial por problemas mecânicos, cerca de 70,3% de nossas viaturas tem mais de 05 anos de uso.

Viaturas por tempo de uso	Quantidade
Viaturas com até 02 anos	18%
Viaturas de 02 a 05 anos	11,7%
Viaturas de 05 a 10 anos	41,8%
Viaturas com mais de 10 anos	28,5%

Melhorias na infra-estrutura das unidades

Estratégias 1: Reforma de postos de fiscalização

A melhoria das instalações físicas dos postos, delegacias, superintendências e sede, melhoram o clima organizacional da instituição, motivando os servidores e diminuindo os riscos de absenteísmo no ambiente de trabalho.

Dificuldades:

Recursos insuficientes para atender as várias necessidades de reformas, devido às limitações orçamentárias, as obras de reforma atenderam apenas as necessidades emergenciais, muitos postos encontram-se com problemas estruturais e falta de equipamentos.

Estratégia 2: Informatização de Postos e Delegacias

Com a implantação de sistemas de consulta, confecção de autos de infração e boletins de ocorrência on-line, tornou-se necessário a estruturação da área de informática, onde foram instalados computadores nos postos, trazendo agilidade nas consultas em combate à criminalidade e eficiência no atendimento aos usuários.

4. Gestão de Programas e Ações

4.1. Programas

4.1.1. Programa 1386 - Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

4.1.1.1. Dados Gerais

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública
Gerente de programa	Hélio Cardoso Derenne
Gerente Executivo	Ricardo Max de Oliveira Pereira -CGPLAM
Indicadores ou parâmetros utilizados	Coefficiente de Adequação das Instalações Físicas
Público Alvo	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais

4.1.1.2. Principais Ações do Programa

11MC Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

1821 Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

1835 Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação

1D49 Construção de Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

7061 Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária

4.1.1.3. Gestão das Ações

4.1.1.3.1. Ação 1D49 Construção de Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

4.1.1.3.1.1. Dados Gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Aquisição de um imóvel para instalação da Sede Central do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
Descrição	Aquisição de um imóvel na cidade de Brasília-DF, com características que atendam as necessidades administrativas do DPRF, com área útil de aproximadamente 10 (dez) mil metros quadrados gerando condições de trabalho favoráveis aos recursos humanos da Unidade Central, através de instalações adequadas para o desenvolvimento de suas atividades e atendimento a sociedade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	GIVALDO MEDEIROS DA SILVA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

4.1.1.3.1.1.2. Resultados

Esta é uma ação exclusiva do DPRF não tendo resultado na Regional

AÇÃO:11MC Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Projeto
Finalidade	Prover a estrutura organizacional do DPRF, de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas, Atender as novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias, Estradas Federais e suas áreas marginais, gerando condições físicas favoráveis a melhor aplicabilidade e representatividade do Estado em todas as Regiões Brasileiras, sob um foco estratégico.
Descrição	Construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de representar e exercer, efetivamente, o Poder de Polícia nas diversas áreas do país.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	GIVALDO MEDEIROS DA SILVA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

Não houveram recursos para a regional.

AÇÃO:1821 Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Projeto
Finalidade	Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.
Descrição	Adequação das estruturas físicas das Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal. Reformas dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infra-estrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	GIVALDO MEDEIROS DA SILVA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

Foram efetuados investimentos para reforma de postos de 05 delegacias da 6ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, porém os recursos foram insuficientes para uma adequação completa, foram destinados apenas à obras emergenciais.

AÇÃO:1835 Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação

Tipo	Projeto
Finalidade	Prover o órgão com sistemas de comunicação adequados à atividade fim. Proporcionar à sociedade acesso aos serviços e informações sobre rodovias, multas, processos e outros através da internet, correio eletrônico e outros meios tecnológicos disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.

Descrição	Aquisição, reforma, instalação e manutenção de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia do órgão. Aquisição de equipamentos de rádio comunicação, telefonia e rede de dados. Aquisição de computadores e demais equipamentos para as unidades operacionais. Aquisição e implantação de programas e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas. Manutenção e desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de autorizações, etc. Aquisição de programas, computadores, servidores e acessórios para a manutenção e desenvolvimento dos sistemas e das demais áreas. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver sistemas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Administração de Redes
Coordenador nacional da ação	RODNEY LOEFFLER RAMOS PORTILHO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

Foram adquiridos através do DPRF 20 (vinte) estações repetidoras que irão melhorar significativamente a comunicação via rádio de nossa regional. Foram feitos investimentos também na informatização dos postos e delegacias, PDA's para operacionalização do talão eletrônico, além da implantação de sistemas que possibilitam um trabalho mais eficiente nas áreas de trânsito e criminalidade.

AÇÃO:7061 Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária

Tipo	Projeto
Finalidade	Adquirir veículos e aeronaves que garantam a logística de transporte necessária ao patrulhamento das rodovias e estradas federais, ao combate ao crime e ao resgate de vítimas.
Descrição	Aquisição de viaturas e aeronaves de resgate, motocicletas tipo policial e demais viaturas especiais que se façam necessárias ao bom funcionamento da Polícia Rodoviária Federal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral de Administração

Coordenador nacional da ação	FRANCISCO BRANDÃO DE OLIVEIRA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

Foram recebidos pela regional no ano de 2007, 25 (vinte e cinco) viaturas novas que foram distribuídas entre as delegacias da 6ª Superintendência, cujo montante representa aproximadamente 10% da frota.

4.1.2. Programa 0663 - Segurança Pública nas Rodovias Federais

4.1.2.1. Dados Gerais

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito
Gerente de programa	Hélio Cardoso Derenne
Gerente Executivo	Alvarez Simões Filho
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais
	Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais
Público Alvo	Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais

4.1.2.2. Principais Ações do Programa

2524 Capacitação do Policial Rodoviário Federal
2723 Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais
2C78 Acompanhamento Psicossocial de servidores do DPRF
2816 Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal
2B11 Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal
4290 Atividades de Saúde nas Rodovias Federais
4526 Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais
4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
4641 Publicidade de Utilidade Pública
86A1 Processamento, Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal

4.1.2.3. Gestão das Ações

4.1.2.3.1. Ação 2C78- Acompanhamento Psicossocial de Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

4.1.2.3.1.1. Dados Gerais

TIPO	Atividade
Finalidade	Propiciar acompanhamento psicossocial aos policiais e aos servidores administrativos da Polícia Rodoviária Federal que demandem um atendimento especializado em decorrência da natureza de suas atividades profissionais, visando a superação de situações críticas.

Descrição	Desenvolvimento e manutenção de ações na área de psiquiatria, psicologia, e serviço social; promoção preventiva da saúde dos policiais e servidores administrativos, bem como aquisição de material permanente e estabelecimento de parcerias correlacionadas à finalidade da ação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Saúde e Assistência Social
Coordenador nacional da ação	JANE MARGARETH CIARLINI GOULART DOS SANTOS
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

4.1.2.3.1.2. Resultados

Foram adquiridos os meios para implementação de dois programas, “Stress no Trabalho” e “Avaliação Física e Qualidade de Vida” que serão organizados em 2008.

AÇÃO:2B11 Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir segurança aos usuários das rodovias federais, através da eliminação de pontos críticos por meio do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos, exercendo o controle efetivo de velocidade, de forma a prevenir e reduzir gradativamente o número de acidentes, além de exercer o controle sobre o fluxo de trânsito e criminalidade através da produção de dados e gerenciamento de informações.
Descrição	Planejamento e execução dos projetos, tendo como base os pontos de maior índice de acidentes. Instalação de equipamentos de acordo com a Lei nº 9.503/97. Contagens volumétricas de trânsito, envolvendo os equipamentos e os instrumentos para levantamento de dados relativos ao volume de tráfego nas rodovias federais. Controle de trânsito de veículos pesados, mediante a utilização de balanças rodoviárias para a melhoria da segurança no trânsito e aumento do tempo de vida útil da via pavimentada. Implantação de projetos e instalação de equipamentos de monitoramento de veículos em rodovias federais. Controle das rodovias mediante o monitoramento eletrônico das rodovias.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Modernização e Tecnologia
Coordenador nacional da ação	EDNILSON BRUNO SILVA DO NASCIMENTO

Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	
---	--

Resultados:

A regional que já contava com 05 (cinco) radares fotográficos, recebeu do DPRF mais 02 (dois) radares fotográficos, que ajudaram no controle de velocidade, com ênfase na diminuição de acidentes. A recente aquisição de contadores volumétricos que ainda não foi recebida pela regional virá trazer maior controle do trânsito nas rodovias federais, proporcionando um melhor planejamento de nossas atividades. A aquisição de PDA's (Talão Eletrônico) trará mais rapidez e eficiência no trabalho policial, trazendo mais transparência e diminuindo eventuais falhas e erros.

AÇÃO: 2524 Capacitação do Policial Rodoviário Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos as atividades inerentes da Policia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas à formação dos candidatos habilitando-os as atividades da Policia Rodoviária Federal. Capacitação dos policiais rodoviários. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas á formação e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98. Decreto nº 1655, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino à distância, com os insumos necessários a possibilitar a realização de cursos de formação e capacitação, possibilitando desta forma a massificação do conhecimento em disciplinas de conteúdo teórico
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino/DPRF
Coordenador nacional da ação	Neemias Gonçalves de Carvalho
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	José Silveira Neves-SRH

Resultados:

A construção e aparelhamento do Centro de Treinamento, trouxe a possibilidade de efetuarmos a capacitação e reciclagem de nossos policiais com mais eficiência e qualidade. No ano de 2007 foram realizados diversos cursos, tanto na área administrativa como na operacional, destacando os cursos de Redação Oficial e Técnicas de Abordagem e Defesa Policial.

AÇÃO: 2723 Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.
Descrição	Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realizar Operações e Comandos Específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); Intensificar o policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenir e atender as ocorrências de acidentes de trânsito; combater as infrações e crimes de trânsito; executar escoltas, bem como credenciar as empresas especializadas para tal fim; controlar o trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); credenciar as empresas especializadas para realização da Inspeção Técnica Veicular. Pagamento de diárias e passagens. Aquisição de formulários operacionais para as atividades acima. Adquirir e manter armas e sua munição correspondente, equipamentos e materiais para a fiscalização e controle de trânsito. Adquirir e manter equipamentos e materiais para atividade de cinotécnia. Aquisição e manutenção de etilômetros. Aquisição de uniforme, coldre, algemas, lanterna, capacetes, capa de chuva, luvas, coletes balísticos, coletes reflexivos, e demais equipamentos necessários a atividade. Abastecimento dos veículos e aeronaves com combustíveis e lubrificantes; manutenção e substituição de peças e componentes que comprometam a utilização dos equipamentos; bem como, com o provimento das demais medidas pertinentes à circulação dos veículos e aeronaves, tais como, registro, licenciamento, manuais, taxas, seguro e outras exigências previstas em legislação; outros serviços e fornecimento de materiais específicos (pintura, placas de sinalização, taxa pela prestação de serviços, outros).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral de Operações
Coordenador nacional da ação	Coraci Ricardo Fernandes Vieira
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	José Fagundes da Silva-SPF

Resultados:

Operações de importância nacional e até internacional tiveram a participação desta Superintendência, elevando o nome da nossa Instituição. Podemos citar como exemplo, a Escolta da Comitativa Presidencial dos EUA, Operação Podium, Operação Arcanjo, Operação Diamante Rosa dentre outros. Em todas as áreas de atuação, o desempenho da 6ª Superintendência foi significativo, demonstrando grande empenho e participação dos Policiais lotados nesta Regional. Foram efetuados investimentos suficientes em uniformes e equipamentos policiais. O abastecimento, manutenção e gestão da frota de viaturas foi eficaz.

AÇÃO:2816 Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.
Descrição	Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, por policiais da Coordenação de Inteligência e Núcleos de Inteligência das Regionais, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Inteligência
Coordenador nacional da ação	JOSEMAR MONTEIRO BARROS
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

As atividades na área de inteligência culminaram na prisão de 10 pessoas em flagrante, 84 pessoas encaminhadas por delitos como contrabando, descaminho e adulteração de combustíveis, além da apreensão de 07 veículos.

AÇÃO:4290 Atividades de Saúde nas Rodovias Federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.

Descrição	Composição e manutenção de 156 equipes, distribuídas em 120 equipes de suporte básico de vida e 36 equipes de suporte avançado de vida, destinados a: atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos, comandos de saúde preventivos, apoio de saúde a unidades e operações do DPRF, investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas por parte dos condutores dos veículos. Aquisição de material permanente e de consumo correlacionados às finalidades supracitadas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DISAS/CGRH
Coordenador nacional da ação	MARCOS ANTÔNIO BASÍLIO DA SILVA ROCHA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

Foram efetuados comandos regulares na área de saúde, onde foi dado atendimento aos motoristas por médicos, enfermeiros e assistentes sociais. Nestes comandos são feitos testes de glicose e colesterol, pressão arterial e outros exames, além de orientação educacional na área de trânsito.

AÇÃO:4526 Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral.
Descrição	Realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, dentre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim. Realização de operações policiais e especiais sistemáticas; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros. Prestação de apoio a outros órgãos em ações que extrapolam os limites das rodovias federais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais

Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DCC/CGO
Coordenador nacional da ação	GEOVANNI BOSCO FARIAS DI MAMBRO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

Foram realizadas diversas Operações em conjunto com instituições como IBAMA, ANTT, DNPM, Marinha, Exército, Polícia Federal e Ministério Público Federal. Nossas operações culminaram em ocorrências como a apreensão de mais de 23 toneladas em drogas, 77 ocorrências de apreensões de armas, 20 ocorrências de cargas recuperadas, 58 ocorrências de crimes ambientais, 112 ocorrências de contrabando e descaminho, entre outros.

AÇÃO:4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino
Coordenador nacional da ação	NEEMIAS GONÇALVES DE CARVALHO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

No ano de 2007 foram realizados diversos cursos, tanto na área administrativa como na operacional, destacando os cursos de Redação Oficial e Técnicas de Abordagem e Defesa Policial.

AÇÃO:4641 Publicidade de Utilidade Pública

Tipo	Atividade
Finalidade	Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.

Descrição	Coordenação, supervisão e classificação das informações de interesse do governo a serem veiculadas, bem como a contratação de realização de pesquisas de opinião, campanhas e ações publicitárias das ações governamentais, voltadas para a publicidade de utilidade pública.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Assessoria de Comunicação Social
Coordenador nacional da ação	ALEXANDRE CASTILHO DE MOURA COSTA VIEIRA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

Foram recebidos folders, para divulgação e educação de trânsito que foram distribuídos durante palestras e comandos educativos.

ACÃO:86A1 Processamento, Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Prover a estrutura administrativa do DPRF/MJ dos mecanismos necessários à atuação, processamento, notificações e arrecadação de multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal em decorrência das infrações à legislação de trânsito e transporte.
Descrição	A ação é desenvolvida no sentido de fornecer o apoio administrativo e operacional, desde a atuação às infrações de trânsito e transporte, envolvendo a confecção de autos de infração e demais formulários necessários aos procedimentos administrativos, até o recolhimento das multas aplicadas, tais como: locação de mão-de-obra, máquinas e equipamentos, contratação de empresas de processamento de dados e ou desenvolvimento de sistemas, envio de notificações e correspondências, apoio administrativo e financeiro as Comissões de Análise de Defesa da Autuação - CADA e Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI, pagamento de JETON às JARI's e outras decorrentes de convênios, como DETRANs. Pagamento de despesas decorrentes de convênios, acordos e contratos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DMP
Coordenador nacional da ação	JOSÉ ROBERTO ÂNGELO BARROS SOARES

Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	
---	--

Resultados:

O processamento das multas é efetuado por policiais e digitadores contratados, a Jari de nossa regional é considerada a melhor do Brasil em eficiência. O convênio firmado com o Detran transcorre normalmente. A sistemática do Talão Eletrônico e a informatização dos postos trouxe mais agilidade na confecção de autos de infração.

4.1.3. Programa 0750 - Apoio Administrativo

4.1.3.1. Dados Gerais

Tipo de programa	Apoio Administrativo
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente de programa	Não Existe
Gerente Executivo	Não Existe
Indicadores ou parâmetros utilizados	Não Existe
Público Alvo	Governo

4.1.3.2. Principais Ações do Programa

- 2000 Administração da Unidade
- 2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores,Empregados e seus Dependentes
- 2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
- 2011 Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
- 2012 Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
- 09HB Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

4.1.3.3. Gestão das Ações

4.1.3.3.1. Ação 2000 Administração da Unidade

4.1.3.3.1.1. Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição	Esta ação constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento Orçamentário-DIPLAN
Coordenador nacional da ação	Erinaldo Rodrigues Roberto
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

4.1.3.3.1.2. Resultados

A manutenção da unidade transcorreu normalmente, foram implementados serviços de limpeza e conservação, vigilância e apoio administrativo, ainda carecem de atenção o mobiliário e a estrutura das unidades que não contam com manutenção predial.

Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DISAS/CGRH
Coordenador nacional da ação	MARCOS ANTÔNIO BASÍLIO DA SILVA ROCHA

Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	
---	--

Resultados:

Foram firmados convênios com a Medial Saúde, Odontoclinicas e Geap Saúde. O DPRF participa com uma pagamento de *per capita* no valor de R\$ 51,93.

Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro/DPRF
Coordenador nacional da ação	Alecsander Dias Tavares Reis
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

Ação 2011- Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.

Descrição	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro/DPRF
Coordenador nacional da ação	Alecsander Dias Tavares Reis
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

Ação 2012- Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro/DPRF
Coordenador nacional da ação	Alecsander Dias Tavares Reis
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

Ação 09HB- Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Descrição	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro/DPRF
Coordenador nacional da ação	Alecsander Dias Tavares Reis
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

4.1.4 Execução Orçamentária de acordo com as ações – Exercício 2007

5. Desempenho Operacional

5.1 Indicadores utilizados para avaliar o desempenho do programa, projeto/atividade ou ação administrativa;

- PROGRAMA 0663

Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais

5.2 Nome, descrição e tipo do indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão sob exame das contas.

- PROGRAMA 0663

Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais – Pretende-se medir percentagem de mortos do total de feridos de acidentes de trânsito (eficácia)

Fórmula de Cálculo: $Im = (N^{\circ} \text{ Mortos} / N^{\circ} \text{ Vítimas}) \times 100$, responsável pelo cálculo: SPF

Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais – Pretende-se medir a variação (positiva ou negativa) do número de acidentes em rodovias federais (eficácia)

Fórmula de Cálculo: $Ia = ((N^{\circ} \text{ Acidentes Ano Atual}) / (N^{\circ} \text{ Acidentes Ano Anterior}) - 1) \times 100$, responsável pelo cálculo: CGO

Obs: As fórmulas dos indicadores do programa 0663, foram readequadas no novo PPA 2008-2011

5.3- Análise Crítica dos resultados

- PROGRAMA 0663

- METAS FÍSICAS: Redução do número de acidentes e mortes em relação à 2006

TAXA DE MORTALIDADE NAS RODOVIAS FEDERAIS – SÃO PAULO

Número de Mortos 2006.....356 Número de Mortos 2007.....437

Número Total de Vítimas 2006....4.363 Número Total de Vítimas 2007..... 5.341

$Im\ 2006 = (356 / 4363) \times 100 = 8,15\ %$ $Im\ 2007 = (437 / 5341) \times 100 = 8,18\ %$

TAXA DE VARIAÇÃO DE ACIDENTES NAS RODOVIAS FEDERAIS

Número de Acidentes 20061.785 Número de Acidentes 2007..... 2.183

$$Ia=(2.183/1.785)-1=22,29\%$$

O percentual de aumento registrado considera números absolutos. Não leva, portanto, em consideração o aumento da frota nacional, o acréscimo do fluxo de veículos, pessoas e mercadorias, motivado pelo aquecimento da economia, bem como não observa a melhoria da trafegabilidade nos principais corredores de trânsito e de transporte. Com a economia aquecida e com estradas em melhores condições, mais cidadãos utilizam desse modal para empreender suas viagens, principalmente em épocas de férias e feriados prolongados. Ressalta-se que a maioria dos municípios brasileiros cresceram em torno da rodovia e esta se tornou um grande "avenida" por onde a população se locomove. Por isso, o maior número de acidentes registrados é de colisão traseira, os quais ocorrem nesses aglomerados urbanos.

Sobre essa possibilidade, já tinha sido lançado um alerta na avaliação do PPA 2004-2007 - Ano Base 2006, cujo texto é abaixo reproduzido:

“Dados levantados pela PRF demonstram que 80% dos acidentes ocorrem em pistas em boas condições de trafegabilidade. Por isso, a preocupação apresentada é pertinente. Para mitigar o problema, faz-se necessário atualizar o efetivo da PRF, atualmente 10.098 vagas com 9.700 preenchidas. Faz-se necessário preencher as vagas legais existentes, bem como anualmente aumentar esse limite. Estudo preliminares da PRF demonstram que o efetivo suficiente para impactar o resultado do programa seria de 20 mil policiais.

Vale ressaltar que, com essa providência seria possível estabelecer meta para reduzir substancialmente o índice de acidentes e não apenas mantê-lo em patamar aceitável considerando a média histórica. A redução do índice de acidente, além da preservação da maior riqueza da Nação - a vida do cidadão - possibilitaria reduzir o impacto econômico dos acidentes. O custo de acidentes em rodovias federais, segundo o estudo do IPEA, passa de 6,5 bilhões de reais por ano. O orçamento total do DPRF/MJ gira em torno de 2 bilhões. A majoração desse orçamento para próximo de 3 bilhões possibilitaria aumentar substancialmente o efetivo e melhorar o custeio e investimento do órgão.

Além da economia quanto aos impactos econômicos dos acidentes, seria produzido outro efeito - aumentar o combate à criminalidade organizada, que se utiliza das rodovias para escoar o produtos de suas ações criminosas. O aumento da ostensividade, conseguida com efetivo maior e em melhores condições quanto a equipamento, viaturas, etc, teria o poder de dar ao cidadão usuário das rodovias, bem como à população lideira, maior sensação de segurança. Isso significa melhor avaliação do órgão junto à opinião pública, bem como confere maior credibilidade ao Governo Federal no sentido de dar o exemplo necessário aos entes federados, quanto à preocupação com a segurança pública e com a qualidade de vida da população.”

Embora tenha sido registrado acréscimo no número de acidentes, vale ressaltar que a média brasileira dos últimos quatro anos (2003 a 2006) de acidentes por 10.000 veículos da frota é de 27,2. Em 2007, registrou 24,79 acidentes por 10.000 veículos, perfazendo uma redução de 8,86%. Portanto, não seria razoável considerar números absolutos para avaliar o desempenho do órgão. Esse fato, motivou a mudança da metodologia de aferição para o próximo PPA (2008-2011). Entretanto, reforça-se a observação acima registrada. É necessário dotar o DPRF dos meios necessários para fazer frente as demandas que o novo cenário econômico tem apresentado.

Vale ressaltar que a atividade da PRF não se restringe ao controle de trânsito. A PRF tem oferecido duro combate ao tráfico de drogas (foram apreendidas mais de 23 toneladas de crack, entre outros entorpecentes, ao contrabando/descaminho, aos crimes ambientais (apreensões de madeira e animais silvestres) e, principalmente, os crimes contra a dignidade da pessoa (trabalho escravo, exploração sexual de crianças e adolescentes, tráfico de seres humanos. A PRF, nesse exercício, mapeou os pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes, notificou todos os seus proprietários e exerce vigilância contínua.

6. Previdência Complementar Patrocinada

No exercício de 2007, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal não efetuou repasse a entidade de previdência complementar.

7. Instituições beneficiadas por renúncia fiscal

No exercício de 2007, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal não beneficiou nenhuma instituição com renúncia fiscal.

8. Operações de fundos

Não se aplica ao DPRF.

JOÃO BOSCO RIBEIRO

Superintendente

Conclusão

Durante o exercício de 2007, a 6ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal atuou nas rodovias federais do Estado de São Paulo, não só buscando reduzir o número de vítimas em acidentes de trânsito, mas também combatendo o tráfico de drogas, a exploração sexual de crianças e adolescentes, o trabalho escravo e os crimes ambientais.

Através de ações educativas, preventivas e repressivas, realizamos operações em diversos pontos do estado, obtendo resultados representativos, prisões, apreensões e principalmente a preservação da vida.

Encerramos o ano, com a certeza do dever cumprido e a motivação que provêm dos investimentos na área de segurança, para assim cumprirmos com cada vez mais eficiência nossa missão de zelar pela segurança nas rodovias.

Anexo A – Demonstrativo de Tomada de Contas Especiais

No exercício de 2007 não foram instauradas Tomadas de Contas Especiais no âmbito da 6ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal.

JOÃO BOSCO RIBEIRO

Superintendente

Anexo B – Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades.

No exercício de 2007 não foram acusados extravios ou perdas de materiais no âmbito da 6ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal.

JOÃO BOSCO RIBEIRO

Superintendente

Anexo C – Despesas cartão de crédito corporativo

Tabela 1 – Cartão de Crédito Corporativo: série histórica das despesas pagas mediante fatura		
2005	2006	2007
Não houve	R\$ 1.552,06	R\$ 3.857,67

Tabela 2 – Cartão Corporativo: detalhamento das despesas pagas mediante fatura em 2006			
Descrição da ocorrência (despesa)	Justificativa	Responsável/Suprido	Valor
4 cabos de dados Nokia DKU-2	Atender necessidades da UG	Simone Kanayma	R\$ 180,00
2 tubos cola branca	Atender necessidades da UG	Cláudio de Oliveira	R\$ 15,38
5 pacotes papel verge branco	Atender necessidades da UG	Cláudio de Oliveira	R\$ 53,15
10 correntes plásticas	Atender necessidades da UG	Cláudio de Oliveira	R\$ 39,35
1 abraçadeira plástica	Atender necessidades da UG	Cláudio de Oliveira	R\$ 4,85
3 placas de sinalização	Atender necessidades da UG	Cláudio de Oliveira	R\$ 8,85
1 recipiente para lixo	Atender necessidades da UG	Cláudio de Oliveira	R\$ 29,79
1 saboneteira	Atender necessidades da UG	Cláudio de Oliveira	R\$ 11,59
1 espelho	Atender necessidades da UG	Cláudio de Oliveira	R\$ 43,39
1 assento para vaso sanitário	Atender necessidades da UG	Cláudio de Oliveira	R\$ 46,59
1 porta toalha	Atender necessidades da UG	Cláudio de Oliveira	R\$ 45,99
1 cabo para carregar bateria	Atender necessidades da UG	Cláudio de Oliveira	R\$ 34,00
1 mangueira de 18 metros	Atender necessidades da UG	Cláudio de Oliveira	R\$ 28,99

Tabela 2 – Cartão Corporativo: detalhamento das despesas pagas mediante fatura em 2006			
	da UG		
1 martelo	Atender necessidades da UG	Cláudio de Oliveira	R\$ 17,59
1 galão de cola para carpete	Atender necessidades da UG	Cláudio de Oliveira	R\$ 29,12
2 botijões GLP 13 kg	Atender necessidades da UG	Cláudio de Oliveira	R\$ 60,00
2 cabos conversor USB p/ serial	Atender necessidades da UG	Cláudio de Oliveira	R\$ 83,16
2 caixas revestimento Cecrisa	Atender necessidades da UG	Cláudio de Oliveira	R\$ 19,76
1 válvula Hydra	Atender necessidades da UG	Cláudio de Oliveira	R\$ 79,90
12 luvas 1/2” Tigre	Atender necessidades da UG	Cláudio de Oliveira	R\$ 4,80
5 joelhos 1/2” Tigre	Atender necessidades da UG	Cláudio de Oliveira	R\$ 1,75
3 rolos de fita isolante	Atender necessidades da UG	Cláudio de Oliveira	R\$ 7,95
20 tubos/barra 1/2” 3 metros	Atender necessidades da UG	Cláudio de Oliveira	R\$ 87,00
1 tubo/barra 1.1/2” 3 metros	Atender necessidades da UG	Cláudio de Oliveira	R\$ 16,79
5 guarda pó brim manga curta	Atender necessidades da UG	Cláudio de Oliveira	R\$ 115,00
1 conversor USB para serial	Atender necessidades da UG	Cláudio de Oliveira	R\$ 80,00
3 caixas de correspondência	Atender necessidades da UG	Cláudio de Oliveira	R\$ 41,94
1 quadro branco magnético	Atender necessidades da UG	Cláudio de Oliveira	R\$ 43,03
1 pacote pincel quadro branco	Atender necessidades da UG	Cláudio de Oliveira	R\$ 9,75
3 pacotes crachá	Atender necessidades	Cláudio de Oliveira	R\$ 52,02

Tabela 2 – Cartão Corporativo: detalhamento das despesas pagas mediante fatura em 2006			
transparente	da UG		
1 pacote de papel verge branco	Atender necessidades da UG	Cláudio de Oliveira	R\$ 10,63
5 fones de ouvido para celular	Atender necessidades da UG	Cláudio de Oliveira	R\$ 174,95
5 chips para celular pré-pago	Atender necessidades da UG	Cláudio de Oliveira	R\$ 75,00
			TOTAL

Tabela 3 – Cartão Corporativo: detalhamento das despesas pagas mediante fatura em 2007			
Descrição da ocorrência (despesa)	Justificativa	Responsável/Suprido	Valor
1 rolo de fita isolante	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 1,75
2 trinchas 2.1/2” Tigre	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 16,98
1 marreta de 1kg	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 31,79
2 latas tinta látex branca 18 litros	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 109,80
1 lata massa corrida 18 litros	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 34,90
1 escova de aço	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 9,99
1 suporte para rolo pintura	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 4,90
1 rolo para pintura	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 24,99
1 lata látex 18 litros	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 79,90
1 luva látex	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 2,69
8 caixas colchetes	Atender	Alexandro C. Tsukada	R\$ 106,08

Tabela 3 – Cartão Corporativo: detalhamento das despesas pagas mediante fatura em 2007			
	necessidades da UG		
84 pacotes de naftalina	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 50,40
1 quadro branco 90 x 60 cm	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 30,00
1 quadro escolar 80 X 60 cm	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 11,78
1 quadro de avisos 90 x 60 cm	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 22,70
4 pacotes sacos para lixo 100 litros	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 87,24
4 rolos fita adesiva transparente	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 34,00
1 caixa saco plástico padrão escritório	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 49,90
5 cadeados para o NUPAT	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 158,42
1 lata tinta amarela demarcar piso	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 34,50
4 sacos de cimento Votoran	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 29,00
1 corrente soldada	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 12,00
2 botijões de GLP 13 kg	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 62,00
1 cartão mini SD 2 GB memória	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 70,00
8 fones de ouvido para celular (serviço operacional)	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 232,00
10 plugues para cabos RCA	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 10,37
5 chips para celular pré-pago	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 75,00
2 trenas de aço 30 metros	Atender	Alexandro C. Tsukada	R\$ 150,00

Tabela 3 – Cartão Corporativo: detalhamento das despesas pagas mediante fatura em 2007			
	necessidades da UG		
1 câmara de ar 14”	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 28,00
2 botijões de GLP 13 kg	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 60,00
1 inversor xantrex xpower	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 161,00
1 lata de esmalte sintético 3,6 litros	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 44,90
3 latas de látex 18 litros branca	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 239,70
1 trincha simples 2.1/2” ATLAS	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 4,05
1 rolo para pintura	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 14,69
1 trincha simples 4” ATLAS	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 7,09
1 lata de água raz	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 6,50
1 suporte organizador de chaves	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 8,99
1 caixa tinta para carimbo	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 5,68
2 porta cartões de visita	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 8,44
1 pasta sanfonada	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 5,03
1 pasta sanfonada plástica	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 15,99
1 pasta catálogo com 50 envelopes	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 14,70
2 botijões de GLP 13 kg	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 60,00
2 controles remotos para	Atender	Alexandro C. Tsukada	R\$ 34,00

Tabela 3 – Cartão Corporativo: detalhamento das despesas pagas mediante fatura em 2007			
portão	necessidades da UG		
1 bateria para controle remoto	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 2,00
100 conectores RJ 45	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 70,00
305 conectores para cabos rede	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 268,40
3 peças de solda para o NUTEL	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 15,60
5 fitas mini DV para filmadora	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 50,00
22 metros fio cabo flexível	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 33,00
1 tomada redonda	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 4,50
1 caixa sobrepor	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 2,50
5 rolos de fita isolante	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 17,50
3 assentos para vaso sanitário	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 49,50
1 mecanismo caixa acoplada	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 54,13
3 blocos de flip-chart	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 74,70
1 cavalete para flip-chart	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 39,00
1 botijão de GLP 13 kg	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 30,00
6 guardas pó manga curta	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 172,00
1 adaptador para notebook Compaq	Atender necessidades da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 132,00
1 cabo conversor para	Atender	Alexandro C. Tsukada	R\$ 21,00

Tabela 3 – Cartão Corporativo: detalhamento das despesas pagas mediante fatura em 2007			
notebook	necessidades da UG		
Serviço recarga celular pré pago (Serviço de Inteligência)	Atender necessidades da UG	Eduardo A. do Prado	R\$ 200,00
Instalação película proteção solar (porta de entrada da Sede)	Atender necessidades da UG	Eduardo A. do Prado	R\$ 360,00
TOTAL			R\$ 3.857,67

Tabela 4 – Cartão de Crédito Corporativo: série histórica dos saques efetuados				
2005	2006		2007	
Não houve	Sacado	Devolvido	Sacado	Devolvido
	R\$ 1.730,00	R\$ 16,79	R\$ 1.160,00	R\$ 13,75

Tabela 5 – Cartão de Crédito Corporativo: detalhamento saques efetuados em 2007			
Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável/Suprido	Valor
Lâmpada vapor sódio	Atender necess. da UG	Alexandro C. Tsukada	R\$ 267,00
Devolução saque – GRU	Restante de Saque	Alexandro C. Tsukada	(-) R\$ 3,00
Serv. revisão geral 2 geradores	Atender necess. da UG	Fábio Guilherme C. Moreira	R\$ 120,00
Conserto sinalizador/sirene	Atender necess. da UG	Fábio Guilherme C. Moreira	R\$ 285,00
Tarifa análise técnica de celular	Atender necess. da UG	Fábio Guilherme C. Moreira	R\$ 10,00
Conserto fragmentadora	Atender necess. da UG	Fábio Guilherme C. Moreira	R\$ 72,50
Reconhecimento firma	Atender necess. da UG	Fábio Guilherme C. Moreira	R\$ 239,75
Devolução saque – GRU	Restante de Saque	Fábio Guilherme C. Moreira	(-) R\$ 2,75
Conserto equip. de FAX	Atender necess. da UG	Eduardo Augusto do Prado	R\$ 152,00
Devolução saque – GRU	Valor sacado e não utilizado	Eduardo Augusto do Prado	(-) R\$ 8,00
TOTAL			R\$ 1146,25

Anexo D – Recomendações de Órgãos de Controle

1. Tribunal de Contas da União

Ofício de Comunicação n.º 2408/2007-TCU/SECEX-SP – TC-013.126/2007-7: encaminha Acórdão n.º 2823/2007 – TCU 1ª Câmara, o qual determina que a 6ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal:

- Quando da utilização de cartões de pagamento corporativos do governo federal, atente para o disposto no Decreto n. 5.355/2005 (com eventuais alterações posteriores), e somente realize saques em espécie em situações excepcionais e devidamente justificadas, conforme art. 2º, § 2º da referida norma;
- Adote providências para implementar maior controle sobre a concessão de diárias, bem como sobre a utilização de passagens aéreas, promovendo a anexação aos respectivos processos de documentos comprobatórios do período de deslocamento do servidor, tais como cartões de embarque, certificados de conclusão de curso ou participação de eventos, conferências e reuniões e, ainda, documentos que motivaram a viagem;
- Atente para os prazos regulamentares para encaminhamento dos processos de contas anuais.

2. Sistema de Controle Interno – Controladoria Geral da União

Item do Relatório de Auditoria: 1.1.1.1 - Despesas efetuadas através de saques não justificados com o Cartão de Pagamento do Governo Federal.

Recomendação: Tanto o ordenador de despesas como os supridos, no caso titulares do Cartão, são obrigados a conhecer a norma que disciplina sua utilização.

De acordo com o §2º do Art. 2º do Decreto nº 5.355, de 5/01/2005: "*Quando, em caráter excepcional, o suprido deixar de utilizar o CPGF para pagamento de despesa enquadrada como suprimento de fundos, o eventual saque realizado deverá ser justificado na correspondente prestação de contas.*"

A própria concessão autorizada pelo ordenador de despesas, ao especificar os limites para gastos através de fatura e de saque, deve levar em conta que o saque é instrumento de exceção que, quando utilizado, requererá a devida justificativa.

Tal imposição adquire maior relevância em grandes centros urbanos, onde o número de estabelecimentos que fazem uso de sistemas de pagamento através de cartão torna o saque desnecessário, salvo em situações de estrita necessidade ou grande vantagem para a Administração, que devem ser explicitadas na motivação do saque.

Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: *assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento*

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

Concordamos com relação a falta de justificativa na prestação de contas, porém, apesar de estarmos localizados na capital, ainda encontramos grandes dificuldades em encontrar estabelecimentos que fazem uso do sistema de pagamento através de cartão na área de serviços. Esta dificuldade leva o suprido a efetuar exaustiva consulta ao mercado através de contatos telefônicos, incorrendo muitas vezes ao percurso de longas distâncias.

A maior dificuldade nesse caso é com relação à juntada de provas, pois nosso único meio de justificar é através da declaração do suprido de que não encontrou estabelecimento que faz uso deste sistema.

Providências a serem Implementadas

- Já implementamos a seguinte providência: Na ocasião da despesa, o suprido efetua pesquisa de mercado buscando estabelecimentos que utilizam o sistema de pagamento através de cartão, não encontrando faz a juntada de três orçamentos para opção pelo mais vantajoso. É juntado ainda relatório com detalhamento do evento.

Prazo limite de implementação: Já implementado.

Item do Anexo do Relatório de Auditoria: 2.1.1.1 Ausência de tempestividade no cumprimento de providências em relação à instrução dos processos de concessão de diárias.

Recomendação: A Unidade deve proceder à aplicação imediata da Instrução de Serviço nº 04/2007/6ª SRPRF/DPRF/MJ e passar a instruir os processos de concessão de diárias com os bilhetes de passagem e com documentos comprobatórios da necessidade e da efetiva realização dos deslocamentos.

Uma vez que há cinco setores responsáveis pela instrução dos processos de concessão de diárias, faz-se necessário que os gestores garantam a ampla divulgação das normas e zelem por seu cumprimento, que deverá ser objeto de verificação futura por esta CGU/SP.

Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

Providências a serem Implementadas

- A Instrução de Serviço 04/2007/6ª SRPRF/DPRF/MJ está vigente e os setores comprometidos são cobrados do seu cumprimento nas reuniões.

Prazo limite de implementação: Já implementado.

Item do Anexo do Relatório de Auditoria: 3.2.1.1 Atraso na entrega do processo de Tomada de Contas.

Recomendação: Recomendamos que os gestores efetuem um planejamento adequado de suas atividades, possibilitando o cumprimento estrito dos prazos previstos nos processos anuais de Tomada de Contas da Unidade.

Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

Providências a serem Implementadas

- Como a natureza de nossa atividade é caracterizada por imprevistos, muitas vezes convocamos servidores que atuam da área administrativa para reforço na área operacional, prejudicando o planejamento das atividades.

Aguardamos a realização de concurso para complementação de nosso quadro de servidores e resolver este problema.

Até que isto ocorra, as convocações de servidores da área administrativa para atividades em área operacional só poderão ser autorizadas mediante visto da chefia imediata e declaração de que não trará prejuízos ao serviço.

Prazo limite de implementação: Já implementado

Anexo E – Transferências realizadas

A 6ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal não possui convênio de despesa vigente.

JOÃO BOSCO RIBEIRO

Superintendente